

Renegociar a partilha do tempo de trabalho

E renegociar a partilha dos rendimentos

“A questão do tempo de trabalho merece mais do que o debate caricatural que tivemos há alguns anos, afirmava em, 23 de outubro de 2010, o Presidente da Comissão de Emprego do MEDEF (associação patronal “Mouvement des Entreprises de France”). Hoje, é difícil encontrar um emprego estável antes dos 28 ou 30 anos. Depois, entre os 30 e os 40 anos, é exigido às pessoas que trabalhem a tempo pleno e que concretizem todas as suas realizações em simultâneo: na vida profissional e na vida privada. Aos 55 anos, são rejeitadas como trapos velhos, pedindo-se-lhes que continuem como contribuintes durante mais tempo. Objetivamente, nada disto faz sentido, continuava Benoit Roger-Vasselin, perante uma audiência estupefacta. Há que reabrir o debate sobre a repartição do tempo de trabalho ao longo da vida.”

A atual partilha do trabalho é um absurdo:

- Por um lado, estão todos aqueles e aquelas com zero horas de trabalho por semana, porque estão no desemprego;
- Por outro, estão todos os que trabalham a tempo inteiro (e por vezes mais do isso), ou seja, mais de 38 horas, em França, segundo o INSEE (Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques);
- No meio, estão todas aquelas e aqueles que sobrevivem com pequenos trabalhos a tempo parcial, quer à semana, quer ao ano.

Esta forma de repartição do trabalho é um absurdo, porque provoca um sofrimento enorme, quer aos que se confrontam com zero horas por semana, quer aos que trabalham a tempo inteiro mas que aceitam, cada vez mais, trabalhos stressantes ou mal pagos, por terem medo de serem incluídos no próximo plano de despedimentos (“se estás mal, muda-te”). Esta repartição do trabalho beneficia essencialmente os donos e acionistas das empresas, cujos rendimentos nunca foram tão elevados.

33,7 horas, a duração semanal média do trabalho nos Estados Unidos

De uma maneira ou de outra, existe em todos os países um certo tipo de “partilha do trabalho”: nos Estados Unidos, mesmo antes da crise do “subprime”, havia tantos empregos a tempo parcial, de 10 a 15 horas por semana, que a duração média do trabalho era de 33,7 horas. Estes números contradizem tudo o que temos ouvido sobre o “milagre americano”, mas estes são os números oficiais: em 2005, numa altura em que se verificava ainda um forte crescimento nos Estados Unidos, a duração média do trabalho era inferior a 34 horas, quando em França era de 36,3 horas (todos os empregos incluídos).

Duração do trabalho nos EUA desde 1965

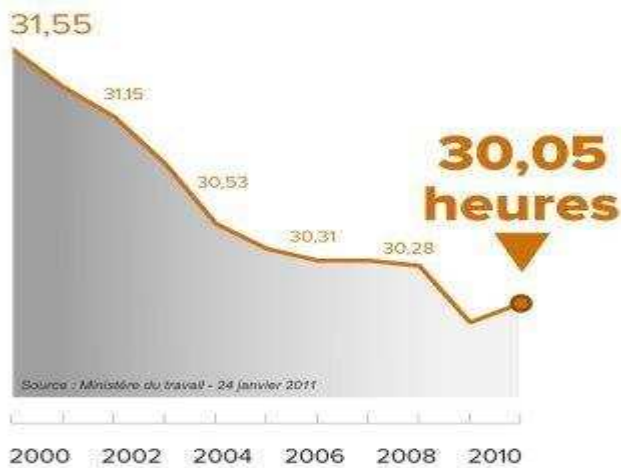


30,05 horas na Alemanha

Do mesmo modo, na Alemanha, as estatísticas do respetivo ministério do Trabalho mostram que, antes da crise de 2008 e da aplicação do "Kurzarbeit" (acordo de redução do tempo de trabalho nas empresas, compensando o Estado a diferença de rendimento dos trabalhadores), quando a Alemanha era apresentada como um modelo do pleno emprego, a duração média (excluindo desempregados) era de 30,3 horas, a qual veio a cair para 30,05 horas, em 2010.

Duração real do trabalho na Alemanha (todos os empregos incluídos)

Durée réelle du travail en Allemagne *Tous emplois confondus*



Fonte: Ministério do Trabalho (alemão), 24 de janeiro de 2011

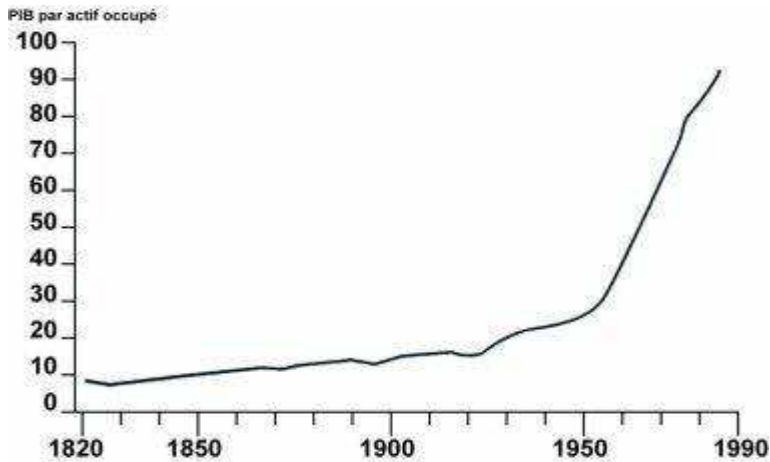
33,7 horas de duração média nos Estados Unidos, 30,05 na Alemanha... Em todos os países, sem dúvida, produz-se hoje mais com menos trabalho.

Estamos a caminho de assistir a uma revolução como a humanidade nunca conheceu.

Embora tenham sido precisos 140 anos (entre 1820 e 1960) para que a produtividade duplicasse, verifica-se que desde esta última data até agora, a produtividade QUINTUPLICOU! A revolução industrial do século XIX e a introdução da produção em série no princípio do século XX representam ganhos de produtividade quase irrisórios comparados com os dos últimos trinta anos.

A produtividade em França desde 1820

PIB por ativo com ocupação



É totalmente inédito. Uma verdadeira revolução! Nunca na história da humanidade se viveu uma tal mudança. Graças à constante multiplicação dos robôs e dos computadores, a produtividade do trabalho humano progrediu de forma nunca antes vista. O fenómeno é mundial. A França ocupa um dos primeiros lugares do mundo em termos de produtividade.

A França é um dos países do mundo com melhor produtividade

“Fiz um cálculo que é raramente feito, explica Jacques Marseille, Professor na Sorbonne. Dividi o PIB francês pela produtividade dos trabalhadores britânicos e japoneses. Com o nível de produtividade destes, que é largamente inferior ao nosso, seriam precisos mais 5 milhões de trabalhadores em França para igualar a produção. O mesmo é dizer que o desemprego deixaria de ser um problema em França...”.

Le Figaro, 2 de fevereiro de 2004

Trata-se de um ponto fundamental. Absolutamente fundamental para compreender a “exceção francesa”: a França tem uma produtividade elevada. Os ingleses ou os japoneses, não sendo embora menos dotados, têm uma produtividade claramente mais baixa do que a francesa: segundo o Eurostat, se atribuirmos o índice 100 à produtividade horária¹ média na Europa dos 15, temos 118 em França e apenas 95 na Grã-Bretanha. A disparidade das produtividades é da ordem dos 20% entre a França e a Grã-Bretanha: o volume de riqueza produzido por hora trabalhada é, em França, 20% superior ao da Grã-Bretanha e 32% superior ao da Itália.

Eis o que leva a relativizar claramente as críticas sobre a mediocridade dos franceses e do seu sistema educativo... Sem dúvida que o sistema educativo francês pode ser melhorado (ninguém o contesta!), mas se a França é, entre os países ocidentais, aquele cuja produtividade mais aumentou nos últimos 25 anos, é possivelmente porque nem tudo é de atirar fora nas escolas, nos centros de formação e nas Universidades francesas!

Repita-se: “com o nível de produtividade dos ingleses ou dos japoneses seriam necessários mais 5 milhões de trabalhadores para obter o mesmo nível de produção. **O desemprego deixaria de ser um problema em França...**”

¹ O volume de riqueza material produzido numa hora, em média, num país.

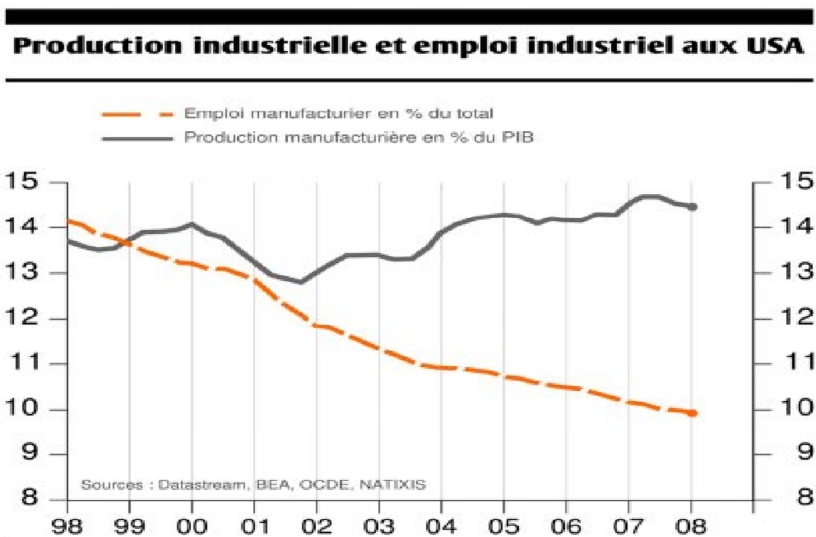
Le Figaro, jornal ao qual estes problemas de produtividade escaparam aquando do debate público sobre a redução do tempo do trabalho (RTT), em França, descobriu mais tarde a importância fundamental desta questão:

“Os ganhos de produtividade deixam pouco espaço à criação de novos postos de trabalho. No último ano, mesmo com um crescimento de 9%, a China viu as horas trabalhadas aumentarem apenas 1%! Deixe-se de se lamentar as deslocalizações, pois representam apenas pequenos números. Os ganhos de produtividade destroem bastantes mais empregos.”

Le Figaro, 27 de janeiro de 2006

Produção industrial e emprego industrial nos EUA

----- Emprego na indústria transformadora em % do total
----- Produção na indústria transformadora em % do PIB



Fonte: Datastream, BEA, OCDE, NATIXIS

Em 1933, já Albert Einstein explicava que a má utilização dos ganhos de produtividade dos anos 1910-1925 (Ford e Taylor, ver Charlot *em Tempos modernos*) era a causa fundamental da crise de então: “Esta crise é singularmente diferente das crises precedentes porque depende de circunstâncias radicalmente novas, influenciadas pelo progresso fulgurante dos métodos de produção.

Para a produção da totalidade dos bens de consumo necessários à vida, apenas uma parte da mão de obra disponível se torna indispensável. Ora, neste tipo de economia liberal, esta realidade determina forçosamente o desemprego...

Este mesmo progresso técnico que poderia libertar os homens de uma grande parte do trabalho necessário para a sua vida é o responsável pela catástrofe atual”, escrevia Einstein antes de apelar à “redução da duração legal do trabalho”.

33,7 horas de duração média nos Estados Unidos, 31,4 horas na Holanda, 30 horas na Alemanha... É preciso acabar com as falsas questões: se juntarmos todos os ganhos de produtividade colossais conseguidos em todos os nossos países, desde há 40 anos, o debate deixa de ser “a favor ou contra a RTT” mas antes “qual RTT”: RTT

determinada pelas forças de mercado (precaridade, *stress* e concorrência permanente) ou RTT determinada pelo debate, pelo referendo e pela negociação?

A causa fundamental da crise

Esta é a principal explicação do desemprego e da precaridade que corroem as nossas sociedades há 30 anos; esta é a principal explicação da crise que rebentou há 5 anos: a nossa incapacidade coletiva de gerir ganhos de produtividade colossais. Porque estes ganhos são verdadeiramente elevados: em trinta anos, a economia francesa passou a produzir mais 76%, com 10% de trabalho a menos. Desde 1974, o volume total da produção quase que duplicou, mas o total de horas trabalhadas (todos os setores incluídos) passou de 41 mil milhões para 36,9 mil milhões de horas (dados do Instituto francês de estatística INSEE). Ora, no mesmo período, graças ao "baby-boom" e ao trabalho feminino, a população ativa disponível passou de 22,3 a 27,2 milhões de pessoas.

Devido aos ganhos de produtividade, a economia precisa de menos 10% do trabalho, mas, ao mesmo tempo, o número de pessoas disponíveis aumentou 23%! Cavou-se assim um fosso de 33% entre a procura e a oferta de trabalho.

Resumindo a situação:

- Desde 1974, o PIB quase duplicou: nunca antes conhecemos tamanha abundância!
- Desde 1974, a produtividade deu passos de gigante: nunca fomos tão eficientes!
- Desde 1974, o número de mulheres a trabalhar aumentou fortemente e a natalidade francesa é a melhor da Europa: nunca fomos tantos a querer trabalhar!

Em si, estas três evoluções deveriam ser boas notícias. Mas, como a nossa concertação social está bloqueada, como a duração real do trabalho baixou muito pouco nos últimos trinta anos (e considerando que a presente crise conduz mais a ambientes de crispação do que a mudanças), esta acumulação de boas notícias tem como resultado uma situação escandalosa, um absoluto absurdo: em vez de beneficiar a toda a sociedade, os ganhos de produtividade, frutos do esforço de todos, resultam num desemprego massivo para uns e na estagnação de salários e no *stress* crescente para outros.

Cavou-se um fosso de 33% entre a oferta e a procura de trabalho.

Se, nesse mesmo período, a duração individual do trabalho tivesse baixado 33%, o desemprego ter-se-ia mantido no nível reduzido de 1974. Mas a duração média do trabalho num emprego normal diminuiu muito pouco: a duração real baixou 4%, entre 1997 e 2002 (INSEE, julho de 2005) e, depois de 2002, através da multiplicidade de "flexibilizações", a direita conseguiu anular a quase totalidade da redução decorrente das 35 horas.

Segundo o estudo *Emprego*, publicado pelo INSEE, em 2008, se forem incluídas as horas extraordinárias, a duração média do trabalho de um trabalhador a tempo inteiro passa para 38 horas! Lê-se e ouve-se dizer por todo o lado que a "França passou para as 35 horas", mas, na realidade, segundo o INSEE, a duração real do trabalho a tempo inteiro é, em média, superior a 38 horas.

Que paradoxo inexplicável! Nunca antes se tinha injetado tanta inteligência no nosso sistema económico, mas também nunca antes se tinha posto tão pouca inteligência ao serviço da evolução do nosso sistema social! É preciso sair deste absurdo. É preciso pôr fim a este escândalo.



“É necessário passar aos 4 dias, 32 horas, sem etapa intercalar. É a única forma de obrigar as empresas a criar postos de trabalho”, afirmava Antoine Riboud, fundador da BSN Danone em setembro de 1993. “É preciso baixar a duração do trabalho, entre 20% a 25%, até 2015”, afirmava a Comissão BOISSONAT, em 1995.

“Uma redução da duração do trabalho para as 30 horas permitiria a reconstituição da vida familiar e da vida privada”, escrevia Edgar Morin em *Por uma Política de Civilização (Pour une Politique de Civilisation)*.



Desde o Congresso de Montpellier, em 1995, a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT) reclama uma lei-quadro para passar às 32 horas. Como financiar uma tal redução do tempo de trabalho? Utilizando as verbas destinadas ao subsídio de desemprego, como propõe a CFDT, desde há vinte anos, é possível financiar a criação de emprego sem prejudicar a competitividade das empresas. Mais de 400 empresas já adotaram a semana de 4 dias, sem aumentar num único euro os custos de produção, criando massivamente postos de trabalho.

Em período de crise, é mais fácil jogar com o medo das pessoas e com o primarismo do que apelar à inteligência e à cidadania.

Em 1917, quando Henry Ford afirmava que eram precisas regras coletivas para aumentar os salários (a fim de aumentar o consumo), quando Kellogg adotou as 30 horas nas suas fábricas — e aumentou também os salários em 12% — para “trabalho a 300 chefes de família”, foram objeto de troça dos outros patrões americanos. Em período de crise, não será que o bom senso exige que se trabalhe mais e se ganhe menos? Esse bom senso primário conduziu à crise de 1929.

Esse mesmo bom senso inspira, ainda hoje, os líderes de direita quando incitam a que se trabalhe mais tempo. Na verdade, a única maneira de reequilibrar o mercado de trabalho, para aumentar efetivamente o salários, e também a melhor maneira de preservar as pensões de reforma, é atacar frontalmente o desemprego. O que passa (entre outras ações) por uma redução significativa do tempo de trabalho.

“Muitos, à esquerda, receiam cair no ridículo por discutirem novamente o tempo de trabalho: já tanto se disse sobre o assunto. E mais, é mesmo preciso fazer o balanço das 35 horas? As 35 horas deveriam ser uma etapa para passar aos 4 dias - 32 horas, mas quem é que se lembra disso? Tem-se medo de soar a “requentado”. Mas o medo não é obviamente bom conselheiro. Seremos capazes de nos reassumirmos e de começarmos um verdadeiro debate sobre esta questão crucial antes que a precaridade generalizada conduza a uma crise ainda maior?”

**Michel Rocard e Pierre Larrouturou,
Le Nouvel Observateur, 21 de outubro de 2004**

O dossier do tempo de trabalho deve ser reaberto e debatido sem tabus. Decerto que será necessário uma abordagem diferente da que foi seguida nos anos de 1990, tendo uma visão integrada dos tempos sociais (tempo de trabalho, formação, reformas, tempo pessoal...) e dando mais espaço à negociação, mas a questão do tempo de trabalho, sobre a qual a direita se encarniçou nos últimos 9 anos, não pode tornar-se um assunto tabu para a esquerda.

Decerto, será também necessário inspirar-nos nos métodos de negociação que deram melhores resultados noutros países europeus. Tudo isto está certo, mas seria absolutamente dramático que a questão do tempo de trabalho continuasse a ser um tabu para a esquerda.

Entre 1900 e 1970, reduzimos o tempo de trabalho a metade: passámos de 7 dias de trabalho para 6, e depois de 6 para 5. Quanto ao dia de trabalho, passou de 12 para 8 horas. E os assalariados conseguiram, progressivamente, chegar a 5 semanas de férias. Em 70 anos, embora a produtividade tivesse aumentado muito pouco, reduzimos o tempo de trabalho para metade. Mas, a seguir ao início dos anos de 1970, quando a produtividade aumentou a passos de gigante, deixámos de ser capazes de fazer progredir a nossa concertação social: com pouca diferença, considerando, em média, as 38 horas, a duração real do trabalho a tempo inteiro é a mesma de há trinta anos!

Nunca antes se tinha obtido tão elevada produtividade, mas também nunca os nossos dirigentes foram tão pouco capazes de o ter em conta. A história será sem dúvida severa para com os políticos que recusam hoje debater seriamente as questões dos ganhos de produtividade e do tempo de trabalho.

Wassenaar 2012

Os acordos de Wassenaar foram assinados em 1982 pelos sindicatos e pelo patronato holandês com o apoio ativo do Estado. A Holanda registava, nessa altura, um desemprego massivo (9% de desemprego oficial e mais de 13% de pessoas qualificadas como incapazes para o trabalho). Ao fim de várias semanas de negociação tripartida (sindicatos, patronato e Estado), um novo pacto social foi tornado público. Abrangia não só os salários, mas também o tempo de trabalho, a formação, as reformas e a fiscalidade...

Os acordos de Wassenaar permitiram diminuir para metade o total do conjunto “desemprego + incapacidade”. Embora nem todos os problemas tenham sido resolvidos, os acordos de Wassenaar vieram provar que, pelo diálogo, pondo todas as cartas na mesa, dando tempo para aprofundar a discussão e com abertura para concessões recíprocas (“simplifica-se o direito do trabalho, mas dá-se segurança real aos trabalhadores”), pode fazer-se recuar substancialmente o desemprego e a precaridade.

Durante muito tempo, os acordos de Wassenaar foram considerados o melhor que se fazia em termos de concertação social. Mas, em 2004, o assassinato de Theo Van Gogh, abalou profundamente a sociedade holandesa: o país deu-se conta que um certo “bem-estar social” não bastava para alicerçar a sociedade.

O equilíbrio social é necessário, mas não basta. A ideia de que “cada um tem o seu trabalho, mas cada um fica no seu lugar, na sua comunidade” não é sustentável a longo prazo. Eis a razão de, em 2012, não ser possível pensar a coesão social como era pensada em 1982: as questões de identidade, de habitação, de educação (incluindo a educação para a não-violência para a laicidade...), bem como as questões dos laços sociais e da intimidade, devem ser todas reconsideradas.

Inspirando-se no que foi feito na Holanda, mas procurando tirar daí todas as lições, é essencial organizar, o mais brevemente possível, uma negociação semelhante à de Wassenaar. Pois não é com decretos ou com leis redigidas em pequenos comités que o país sairá da crise. O tempo do debate e o tempo da negociação são fundamentais.

Se a esquerda ganhar em 2012, será preciso abrir imediatamente as negociações sociais: num prazo de 2 a 3 meses, pôr tudo sobre a mesa entre os parceiros sociais (reformas, desemprego, financiamento da segurança social...) e **gerar um novo acordo de concertação social** que seja, em seguida, sujeito a referendo. O referendo permite que haja um debate público e que, se o Sim ganhar, permitirá garantir a estabilidade necessária às novas regras do jogo. Esta questão da estabilidade é essencial, porque tanto os empresários como os sindicalistas se queixam frequentemente da instabilidade das regras em matéria social.

Lutar contra as desigualdades de rendimento

Pondo em prática o conjunto das nossas propostas², podem ser criados, no total, mais de dois milhões de postos de trabalho em 5 anos. A criação de um tal volume de empregos é, sem qualquer dúvida, o melhor meio de evitar a recessão³ e de reequilibrar a negociação sobre as condições de trabalho e sobre os salários.

Mas, para lutar contra as desigualdades do rendimento, deve ser organizado um debate no Parlamento para definir que desigualdades máximas de rendimento são aceitáveis numa República que ergueu como princípios fundamentais a Liberdade, mas também a Igualdade e a Fraternidade.

Durante muito tempo, a nossa economia funcionou sem que nenhum gestor tivesse um rendimento superior a 20 vezes o salário base. 20 vezes o SMIC (salário mínimo em França) é já bastante elevado! Hoje, um número crescente de mulheres e homens têm rendimentos inferiores ao salário mínimo e outros, pelo contrário, têm salários 30, 100 ou 400 vezes acima do salário mínimo.

O Parlamento deve fazer um debate sobre este nível de desigualdade, que é um absurdo, tanto ético como económico. Esse debate deverá permitir analisar todos os meios concretos disponíveis a nível político para lutar contra estas desigualdades. Porque é que os concursos públicos de fornecimentos ao Estado não são reservados às empresas cujo leque salarial se coaduna com os valores da República?

www.Roosevelt2012.pt

² Investir massivamente na habitação, investir massivamente nas economias de energia e nas energias renováveis. Separar os bancos de investimento dos bancos de depósitos, o que os levará a investir mais nas PME. Desenvolver a economia social e solidária. Lutar contra as deslocalizações. Renegociar a partilha do trabalho...

³ Se 2 milhões de pessoas e ou famílias se virem com um novo rendimento e se os outros se afligirem menos com o seu futuro, isso não pode ter senão um efeito benéfico na economia.